



Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31400040099

Código da Natureza Jurídica

2143

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: COOPERATIVA DE CREDITO CREDISG LTDA. - SICOOB CREDISG  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGE2601196707

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		019	1	ESTATUTO SOCIAL

SAO GOTARDO  
Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

11 MARÇO 2026  
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

NÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

NÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13722752 em 25/03/2026 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDISG LTDA. - SICOOB CREDISG, Nire 31400040099 e protocolo 262010101 - 17/03/2026. Efeitos do registro: 25/03/2026. Autenticação: AF57AA83B5CF11FC429DAEE9B3978DE12191D51. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 26/201.010-1 e o código de segurança iCoF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

### Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/201.010-1	MGE2601196707	16/03/2026

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
352.743.106-30	JOAO EDER SALES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13722752 em 25/03/2026 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDISG LTDA. - SICOOB CREDISG, Nire 31400040099 e protocolo 262010101 - 17/03/2026. Efeitos do registro: 25/03/2026. Autenticação: AF57AA83B5CF11FC429DAEE9B3978DE12191D51. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 26/201.010-1 e o código de segurança iCoF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

**ATA DA 23ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA – SICOOB CREDISG – REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2025**

**1 – DATA, HORA, FORMA E LOCAL:** aos dois dias de dezembro de 2025, às 18:30h (dezoito horas e trinta minutos), em terceira e última convocação. A Assembleia Geral Extraordinária ocorreu de forma presencial, no Parque de Exposições de São Gotardo, sito à Rua das Camélias, s/n, na cidade de São Gotardo/MG, por absoluta falta de espaço físico nas dependências da cooperativa.

**2 – CONVOCAÇÃO:** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, por meio de publicação de Edital de convocação em destaque, no sítio da Cooperativa (<http://www.sicoobcredisg.com.br>), no dia 19/11/2025, e ainda de forma eletrônica aos associados e afixação nos quadros de avisos do SICOOB CREDISG, Sede e PA, no período de 19/11/2025 a 02/12/2025.

**3 – PRESENÇA:** estiveram presentes na AGE 136 (cento e trinta e seis) associados, conforme assinaturas colhidas, às folhas 01 a 06. Até a presente data o Sicoob Credisg possui 9.795 (nove mil, setecentos e noventa e cinco) associados.

**4 – COMPOSIÇÃO DA MESA:** A Presidente do Conselho de Administração Sra. Itália de Mello Castro, o Diretor Administrativo Sr. João Éder Sales, o Diretor de Gestão de Riscos, Sr. João José da Silva, o Diretor de Negócios Sr. Venâncio Oliveira Silva, os Conselheiros de Administração Sr. Daguison Vitor de Freitas, Sr. Hugo Massakazu Shimada, Sr. José Milton Ribeiro de Paula, Sr. Leandro Rodrigues Barbosa, Sr. Marco Aurélio Carvalho e Sra. Renata Sekita, e os Conselheiros Fiscais Sra. Aline Cardoso Lopes Rego, Sr. Lúcio Lacerda de Amorim e Sr. Onésimo Ananias Cândido Neto.

**5 – SECRETÁRIA:** Sra. Paloma Marciana Silva Caetano, por solicitação da Presidente do Conselho de Administração.



**6 – ORDEM DO DIA DOS TRABALHOS:** a Presidente do Conselho de Administração, Sra. Itália de Mello Castro, cumprimentou a todos, declarou instalada a 23ª Assembleia Geral Extraordinária do SICOOB CREDISG dispensando a leitura do edital que expressa o seguinte teor:

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA. – SICOOB CREDISG – AV. RUI BARBOSA Nº 163 - CENTRO – CEP: 38.800-000 - SÃO GOTARDO/MG - C.N.P.J. MF.: 03.645.752/0001-06 - NIRE 3140004009-9 - EDITAL DE 1ª, 2ª e 3ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.**

A Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA. – SICOOB CREDISG- no uso das atribuições legais e estatutárias (art. 25), CONVOCA os associados, que nesta data são em número de 9.795 (nove mil setecentos e noventa e cinco), em condições de votar, para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada no dia 02 de dezembro de 2025 (terça-feira), de forma presencial no Parque de Exposições de São Gotardo, situado à Rua das Camélias, s/n, São Gotardo/MG, às 16h30m (dezesesseis horas e trinta minutos) em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do número de associados, às 17h30m (dezessete horas e trinta minutos) em segunda convocação, com a presença de, no mínimo, metade mais um dos associados; ou em terceira e última convocação às 18h30m (dezoito horas e trinta minutos) com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1. Reforma geral do Estatuto Social do Sicoob Credisg (Art. 1º ao Art. 61), com a finalidade de: I. aderir ao Comitê de Remuneração Sistêmico; e II. aderir ao novo Estatuto Social Padrão do Sicoob, disponibilizado por meio da Resolução-CCS 368/2025; 2. Aprovação da Política Institucional de Remuneração dos Administradores do Sicoob; 3. Atualização da Política Institucional de Controles Internos e Conformidade; 4. Atualização da Política e Plano de Sucessão de Administradores; 5. Atualização da Política Institucional de Governança Corporativa; 6. Comunicar a aprovação pelo Conselho de Administração do Sicoob Credisg (RCA 351 de 23/06/2025) da Política de Renovação dos Membros do Conselho de Administração, em cumprimento à Resolução CMN 5.131/2024. Assuntos gerais de interesse da sociedade.

**OBS.:** A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á em local diverso da sede social do SICOOB CREDISG, por absoluta falta de espaço físico nesta Cooperativa.

São Gotardo, 18 de novembro de 2025.

ITÁLIA DE MELLO CASTRO

Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credisg

**7- DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:**

**1. Reforma Geral do Estatuto Social do SICOOB CREDISG, (artigo 1º ao 62):** A Presidente do Conselho de Administração, Sra. Itália de Mello Castro apresentou a proposta de alteração do Estatuto Social, explicando os itens que sofreram alteração, os incluídos e excluídos. Colocada em votação a reforma geral do Estatuto Social foi aprovada por 100% (cem por cento) dos associados presentes. **O Estatuto Social do Sicoob Credisg, com as alterações aprovadas, passa a ter a seguinte redação:**



## **ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA – SICOOB CREDISG**

### **TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

#### **CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL, DA ÁREA DE AÇÃO.**

**Art. 1º** A Cooperativa de Crédito Credisg Ltda. – SICOOB CREDISG, CNPJ nº 03.645.752/0001-06, neste Estatuto Social designada simplesmente como *Cooperativa*, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo:

I. sede, administração e foro jurídico em Avenida Rui Barbosa, nº 163, Bairro Centro, CEP: 38.800-000 na cidade de São Gotardo-MG;

II. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil;

III. área de ação, para fins de instalação de dependências, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Rio Paranaíba, Arapuá, Matutina, Tiros, Santa Rosa da Serra, Campos Altos e Ibiá.

**§1º** – A área de ação da *Cooperativa* deverá ser homologada pelo Sicoob Central Crediminas, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.

**§2º** – A Cooperativa é obrigada, para seu funcionamento, a registrar-se no Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – OCEMG.

**§3º** Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 1999, a Cooperativa foi constituída com a denominação Cooperativa de Crédito Rural de São Gotardo Ltda. – CREDISG

**§4º** Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2005, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito da Microrregião do Alto Paranaíba Ltda. – SICOOB CREDISG.

**§5º** Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06 junho de 2020, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Credisg Ltda. – SICOOB CREDISG.

## **CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL**

**Art. 2º** A *Cooperativa* tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais operações e serviços permitidos às cooperativas de crédito pela regulamentação aplicável:

- I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados;
- II. a oferta de operações de crédito com o compartilhamento de recursos e de riscos com outras cooperativas integrantes do Sicoob, com vista a garantir vantagens econômicas aos seus associados;
- III. o desenvolvimento de programas de:
  - a) poupança e de uso adequado do crédito;
  - b) educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, no sentido de fomentar o cooperativismo de crédito, observando os valores e princípios cooperativistas.

**§ 1º** A *Cooperativa* poderá captar recursos dos Municípios nos quais possua dependência instalada, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

**§ 2º** A *Cooperativa* poderá prestar serviços de pagamento para não associados nas modalidades de credenciador e de iniciador de transação de pagamento.

**§ 3º** Em todos os aspectos das atividades executadas na *Cooperativa* devem ser observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais, de gênero ou de quaisquer outras características pessoais.

## **CAPÍTULO III**



## **DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)**

**Art. 3º** O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardada a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade.

**§ 1º** O Sicoob é integrado:

- I. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais;
- II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas Regionais);
- III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação);
- IV. pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e pelas demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema.

**§ 2º** A *Cooperativa*, ao filiar-se ao Sicoob Central Crediminas, integra o Sicoob, regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).

**§ 3º** A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvada a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) perante o BNDES e a Finame, nos termos deste Estatuto Social, bem como a decorrente da adesão ao sistema de garantias recíprocas, nos termos deste Estatuto Social.

**§ 4º** Nos termos da legislação em vigor, a contratação, pela Cooperativa, de serviços do Banco Sicoob e de suas entidades vinculadas não forma vínculo empregatício de seus empregados com o referido Banco, nem lhes altera a condição profissional.

**§ 5º** A *Cooperativa*, por integrar o Sicoob e estar filiada ao Sicoob Central Crediminas, sujeita-se às seguintes regras:

- I. aceitação da prerrogativa de o Sicoob Central Crediminas representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob Confederação,

o Banco Sicoob e as demais empresas ou entidades do Sicoob; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;

**II.** a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas;

**III.** cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social do Sicoob Central Crediminas e dos demais normativos;

**IV.** acesso, pelo Sicoob Central Crediminas ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;

**V.** assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pelo Sicoob Central Crediminas ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, conforme regras sistêmicas, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria *Cooperativa*, da Central, do Sistema Regional ou do Sicoob, formalizado por meio de convênio entre a cooperativa e a entidade cogestora, a ser aprovado pela assembleia geral, estabelecendo, pelo menos, a caracterização das situações consideradas de risco que justifiquem a implantação do regime de cogestão, o rito dessa implantação por iniciativa da entidade cogestora e o regimento a ser observado durante a cogestão, e a realização, no prazo de até 1 (um) ano da implantação da cogestão, de assembleia geral extraordinária para deliberar sobre a manutenção desse regime e da adoção de outras medidas julgadas necessárias;

**VI.** administração temporária pelo Sicoob Central Crediminas ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, em situações que comprometam ou possam comprometer a continuidade da Cooperativa ou que causem ou possam causar perdas aos seus associados, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, mediante autorização prévia do Banco Central do Brasil, ao qual cabe estabelecer o prazo de duração da medida ou condição para cessação desta, e a Cooperativa fica impedida de desfiliar-se do Sicoob Central Crediminas, ou do Sicoob, e de realizar o distrato da atividade de supervisão prestada, conforme o caso.

**VII.** a cooperativa, quando for detentora de ações do Banco Sicoob, deverá negociá-las exclusivamente com as cooperativas do Sicoob Sistema Crediminas e,

em caso de desligamento do Sicoob Central Crediminas, deverá aliená-las, antes do efetivo desligamento, a Cooperativa(s) integrante(s) do Sicoob Sistema Crediminas, sendo o valor da ação limitado em qualquer hipótese deste inciso ao seu valor patrimonial registrado no Banco Sicoob, apurado no último balancete e/ou balanço disponível.

**§ 6º** As políticas e os demais normativos sistêmicos, aprovados no âmbito das entidades nacionais do Sicoob, têm aplicação imediata, sendo necessária aprovação pela Cooperativa apenas nos casos em que houver exigência legal, regulamentar ou do próprio Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

**§ 7º** A *Cooperativa* é aderente ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob.

**§ 8º** A *Cooperativa* é aderente ao Comitê de Remuneração, constituído no âmbito do Sicoob Confederação, nos termos da regulamentação em vigor, devendo disponibilizar as informações necessárias para cumprimento de suas atribuições e responsabilidades.

**§ 9º** A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação, e seu uso observará regulamentação própria.

#### **CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 4º** A *Cooperativa* responde subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Crediminas perante terceiros, até o limite do valor das quotas–parte de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento, sem prejuízo da responsabilidade solidária da *Cooperativa* perante o Sicoob Central Crediminas estabelecida nos § 2º e § 3º deste artigo.

**§ 1º** A responsabilidade da *Cooperativa*, na forma da legislação vigente, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Sicoob Central Crediminas, salvo nos casos do § 2º e do § 3º deste artigo.

**§ 2º** A *Cooperativa*, nos termos do artigo 264 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responderá solidariamente, até o limite do valor das quotas–parte que integralizar, pela insuficiência de liquidez de toda e qualquer natureza e pela inadimplência e/ou por qualquer outro prejuízo que ela ou qualquer outra

associada causar ao Sicoob Central Crediminas, considerado o conjunto delas como um sistema integrado, observado o disposto no § 3º deste artigo.

**§ 3º** Caso a *Cooperativa* dê causa à insuficiência de liquidez de toda e qualquer natureza ao Sicoob Central Crediminas, fique inadimplente em relação a quaisquer obrigações contraídas com ela ou cause a ela qualquer outro prejuízo, a *Cooperativa* responderá com o patrimônio, representado inclusive pelas quotas-parte mantidas no Sicoob Central Crediminas, e na insuficiência desse, com o patrimônio dos administradores, se procederem com culpa ou dolo.

**§4º** A filiação ao Sicoob Central Crediminas importa, automaticamente, solidariedade da Cooperativa, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Sicoob perante o BNDES e a Finame, com a finalidade de financiar os associados da Cooperativa ou do conjunto das demais filiadas, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraídas perante o BNDES e a Finame, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão.

**§5º** A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária da Cooperativa, pelas obrigações mencionadas no parágrafo anterior, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob.

**§6º** A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a do Banco Sicoob e a da própria Cooperativa a que estiverem associados os beneficiários dos recursos.

## TÍTULO II DOS ASSOCIADOS

### CAPÍTULO I DA ÁREA DE ATUAÇÃO E DE ADMISSÃO

**Art. 5º** Podem associar-se à Cooperativa todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preenchem as condições nele estabelecidas, bem como sejam domiciliadas ou estejam estabelecidos no território nacional.

**§ 1º** O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).



**§ 2º** Não podem ser admitidos no quadro social da *Cooperativa* ou nele permanecer, além das hipóteses previstas na legislação:

I. as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades principais da própria *Cooperativa*;

II. aquele que não seja domiciliado ou estabelecido na área de admissão da cooperativa;

III. aquele que realizar fraude na admissão ou no relacionamento com o cooperativa ou por determinação legal e/ou regulamentar;

IV. aquele que tenha perdido o vínculo de emprego com a Cooperativa por justa causa;

V. aquele que realizar movimentação de valores incompatível com sua capacidade financeira ou atividades declaradas, quando evidenciado;

VI. aquele que movimentar valores oriundos de atividades consideradas irregulares ou ilícitas, nos termos da legislação em vigor;

VII. aquele que infringir obrigações e/ou regulamentos contratuais de produtos e/ou serviços contratados na Cooperativa e/ou no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo;

**§ 3º** A possibilidade de associação descrita no caput engloba também os conselhos de fiscalização profissional.

**§ 4º** Podem permanecer na Cooperativa as pessoas que, quando da associação, reuniam as condições estatutárias para admissão no quadro social, ressalvado o disposto no § 2º.

**Art. 6º** Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pela Cooperativa, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto Social, e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.

**§ 1º** A Cooperativa poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.

§ 2º As diretrizes referentes à aprovação de admissões e readmissões de associados serão fixadas pelo Conselho de Administração.

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS

**Art. 7º.** São direitos dos associados:

- I. tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias;
- II. ser votado para os cargos sociais, desde que sejam atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;
- III. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;
- IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela *Cooperativa*, observando as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;
- V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo;
- VI. tomar conhecimento dos normativos internos da *Cooperativa*;
- VII. demitir-se da *Cooperativa* quando lhe convier.

**Parágrafo único.** Não pode votar nem ser votado o associado pessoa natural que seja empregado ou preste serviço em caráter não eventual à *Cooperativa*.

## CAPÍTULO III DOS DEVERES

**Art. 8º.** São deveres dos associados:

- I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a *Cooperativa* ou por intermédio dela;

**II.** cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;

**III.** zelar pelos valores morais, éticos, sociais e materiais da *Cooperativa*;

**IV.** respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se devem sobrepor interesses individuais;

**V.** realizar suas operações financeiras, preferencialmente, na *Cooperativa*, mantendo suas informações cadastrais atualizadas, especialmente alteração de endereço residencial e/ou comercial, alteração de estatuto ou contrato social, telefone, endereço eletrônico e informações financeiras;

**VI.** não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na *Cooperativa* para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da *Cooperativa*, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;

**VII.** comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da *Cooperativa*.

## **CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS**

### **SEÇÃO I DA DEMISSÃO**

**Art. 9º** A demissão do associado (que não poderá ser negada) dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.

**§ 1º** O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.

**§ 2º** Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a *Cooperativa*, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.

§ 3º A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na Cooperativa.

## SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO

**Art. 10.** A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando:

I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa e/ou à sua imagem, inclusive infringir dispositivos infra estatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;

II. praticar atos que, a critério da *Cooperativa*, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos recorrentes e relevantes em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na *Cooperativa*;

III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a *Cooperativa* ou terceiro, para o qual a *Cooperativa* tenha prestado garantia e seja obrigada a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado;

IV. divulgar, entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na *Cooperativa* ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela *Cooperativa*.

§1º A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião do Conselho de Administração.

§ 2º O associado será notificado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação, por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela *Cooperativa*, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação.

§ 3º O associado eliminado terá direito à interposição de recurso em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.

### **SEÇÃO III DA EXCLUSÃO**

**Art. 11.** A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:

**I.** dissolução da pessoa jurídica ou do ente despersonalizado;

**II.** morte da pessoa natural;

**III.** incapacidade civil não suprida;

**IV.** deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na *Cooperativa*, exceto o disposto no art. 5º, § 4º.

**Parágrafo único.** A exclusão com fundamento no inciso IV ocorrerá por ato do Conselho de Administração.

### **CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO**

**Art. 12.** A responsabilidade do associado por compromissos da *Cooperativa* perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.

**§ 1º** Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no *caput* perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.

**§ 2º** As obrigações contraídas por associados com a *Cooperativa*, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.

**Art. 13.** A readmissão de associado desligado será deliberada pela *Cooperativa*, conforme os critérios de reingresso fixados pelo Conselho de Administração

**Art. 14** O associado que se demitiu, que foi eliminado ou que foi excluído do quadro social da *Cooperativa*, caso tenha interesse em retornar ao mesmo, deverá subscrever e integralizar à vista o mesmo número de quotas-partes que tinha quando de seu desligamento, devendo ainda ser atendidas as demais condições

legais e estatutárias de associação.

### TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL

#### CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL

##### SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

**Art. 15.** O capital social da *Cooperativa* é dividido em quotas–partes de R\$1,00 (*um real*) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da *Cooperativa* não poderá ser inferior a R\$100.000,00 (*cem mil reais*).

§ 1º As quotas–partes do associado são impenhoráveis, indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da *Cooperativa*, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociadas e nem dadas em garantia, nos termos da legislação vigente.

§ 2º O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado, na forma da legislação em vigor e conforme deliberação do Conselho de Administração, que estipulará os juros, a periodicidade e a forma de pagamento.

**Art. 16.** No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, no mínimo, 1.000 quotas–partes, equivalentes a R\$1.000,00 (*um mil reais*).

§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (*um terço*) do total de quotas–partes do capital social da *Cooperativa*.

§ 2º As quotas–partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a *Cooperativa*, nos termos do art. 19, I, deste Estatuto Social, sem prejuízo das demais garantias formalmente constituídas.

§ 3º A quota–parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.

§ 4º Considerando o §5º deste artigo, são descritos a seguir os valores de capital mínimo exigíveis para associação à Cooperativa desde sua fundação:

Data da realização da Assembleia Geral Extraordinária	Vigência do Estatuto Social	Valores vigentes à época
30/09/1999	De 28/12/1999 a 04/09/2000	R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)
07/07/2000	De 05/09/2000 a 27/04/2010	R\$ 500,00 (quinhentos reais)
16/03/2010	De 28/04/2010 a 07/11/2014	R\$ 800,00 (oitocentos reais)
30/09/2014	De 08/11/2014 a 05/04/2017	R\$ 1.000,00 (um mil reais)
21/02/2017	De 06/04/2017 a 20/05/2022	R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
25/03/2022	De 21/05/2022 até o momento	R\$ 1.000,00 (um mil reais)

§ 5º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da Cooperativa, na hipótese em que houver posterior aumento do número mínimo de quotas-partes para a associação de que trata o caput.

§ 6º Havendo posterior redução do número mínimo de quotas-partes de que trata o caput, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, como previsto neste Estatuto Social.

**Art. 17.** O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá associar-se e manter conta corrente na *Cooperativa* desde que representado ou assistido pelos pais ou por representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior.

**Parágrafo único.** Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.

## SEÇÃO II DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO



**Art. 18.** No ato de admissão, o associado pessoa natural, pessoa jurídica ou ente despersonalizado, que tenha por objetivos a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico, subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 20 quotas-partes de R\$1,00 (*um real*) cada uma, equivalentes a R\$20,00 (*vinte reais*).

§ 1º Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a *Cooperativa* aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a *Cooperativa*, na forma da regulamentação em vigor.

§ 2º Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a *Cooperativa*, a partir do uso de produtos, serviços e canais de atendimento que não sejam exclusivamente eletrônicos, deverá promover a complementação do seu capital social conforme a regra disposta no art. 16 deste Estatuto Social.

## CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES

### SEÇÃO I DO RESGATE ORDINÁRIO

**Art. 19.** Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros, quando houver, e do valor decorrente de conversão de sobras, ou reduzidas das respectivas perdas, observando, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:

I. a *Cooperativa* poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, seja na condição de devedor principal ou solidário, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes, inclusive nas hipóteses em que houver a substituição do associado pelo espólio;

II. excepcionalmente, observado o disposto no inciso I, conforme regras previamente definidas pelo Conselho de Administração da *Cooperativa* e desde que sejam cumpridos os limites regulamentares, as quotas-partes poderão ser



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA. – SICOOB CREDISG - C.N.P.J.MF.: 03.645.752/0001-06 - NIRE 3140004009-9- Avenida Rui Barbosa 163 - Centro – CEP: 38.800.000 - São Gotardo/MG

devolvidas aos associados antes da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se der o desligamento. O associado que possuir capital social igual ou inferior a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) terá direito, quando de seu desligamento, à devolução de suas quotas–partes no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após o seu desligamento, em uma única parcela.

**III.** para os demais casos de resgate ordinário para o associado que possuir capital social superior a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), deve ser observado o seguinte:

**a)** a devolução das quotas–partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;

**b)** em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela *Cooperativa* ao associado será dividido em até 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas;

**c)** os herdeiros de associado falecido, mediante a apresentação de alvará judicial, formal de partilha ou escritura pública, terão o direito de receber os valores das quotas–partes do capital e dos demais créditos existentes em nome do de cujus, deduzidos os eventuais débitos existentes em seu nome, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 10 (dez) parcelas, mensais e consecutivas, ressalvado o enquadramento do associado falecido ao disposto no inciso II deste artigo, quando então serão aplicadas as regras deste inciso II;

**d)** os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.

**§ 1º** Caso o valor das quotas–partes seja inferior ao total do débito do associado desligado e haja a compensação citada no art. 19, I, o associado desligado continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a Cooperativa tomar todas as providências cabíveis ao caso.

**§ 2º** A restituição de capital social para associado desligado depende da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação em vigor.

**§ 3º** Os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos serão revertidos ao Fundo de Reserva da Cooperativa após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão.



## SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL

**Art. 20.** O associado que cumprir as disposições deste Estatuto Social, sendo:

**§ 1º** Associado Pessoa Física, que tiver no mínimo, 70 (setenta) anos de idade e pelo menos 10 (dez) anos de associação, poderá solicitar a devolução parcial de suas quotas–partes, no valor máximo de 30% (trinta por cento) do saldo da conta capital em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas, o que dependerá de autorização específica do Conselho de e da preservação, além do número mínimo de quotas–partes, dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor, e da integridade e inexigibilidade do capital e do patrimônio líquido.

**§ 2º** Associado Pessoa Física, que tiver no mínimo, 75 (setenta e cinco) anos de idade e pelo menos 10 (dez) anos de associação, poderá solicitar a devolução parcial de suas quotas–partes, no valor máximo de 60% (trinta por cento) do saldo da conta capital em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas, o que dependerá de autorização específica do Conselho de , e da preservação, além do número mínimo de quotas–partes, dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor, e da integridade e inexigibilidade do capital e do patrimônio líquido.

**§ 3º** Associado Pessoa Física, que tiver no mínimo, 80 (oitenta) anos de idade e pelo menos 10 (dez) anos de associação, poderá solicitar a devolução de todo o saldo de suas quotas–partes, em parcela única, o que dependerá de autorização específica do Conselho de Administração, e da preservação, além do número mínimo de quotas–partes, dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor, e da integridade e inexigibilidade do capital e do patrimônio líquido.

**§ 4º** Associado Pessoa Jurídica que tiver no mínimo 20 (vinte) anos de associação, poderá solicitar a devolução parcial de suas quotas–partes, no valor máximo de 10% (dez por cento) do saldo da conta capital em até 24 parcelas mensais consecutivas, o que dependerá de autorização específica do Conselho de Administração.

**§ 5º** Associado Pessoa Jurídica que tiver no mínimo 30 (trinta) anos de associação, poderá solicitar a devolução parcial de suas quotas–partes, no valor máximo de 15% (quinze por cento) do saldo da conta capital em até 24 parcelas mensais consecutivas, o que dependerá de autorização específica do Conselho de Administração.

**§6º** O resgate eventual somente poderá ocorrer por solicitação do associado, observando as regras deste Estatuto, e, em caso de aprovação, a *Cooperativa* promoverá a compensação de débito vencido, deduzindo da parcela de capital a ser paga o montante da dívida em atraso.

I. As condições não são cumulativas, sendo o benefício do resgate eventual concedido uma única vez, em cada faixa etária ou de associação.

II. tornando-se o associado inadimplente em qualquer operação, ficará suspenso automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, facultando o retorno a percepção das parcelas no mês seguinte ao da liquidação da inadimplência, observado os demais requisitos previstos nesta seção.

**§7º** Fica facultado a todos os cooperados, pessoas naturais ou jurídicas, o resgate eventual, dos valores líquidos, creditados a conta capital ao final de cada exercício, como pagamento de juros ao capital, desde que solicitem, formalmente este benefício, em até 30 dias após a Assembleia Geral ordinária do ano seguinte.

### **CAPÍTULO III** **DA TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS-PARTES**

**Art. 21** As quotas-partes do associado são indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da Cooperativa, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociada e nem dada em garantia, e nem mesmo transferidas entre associados quando o cedente possuir operações de crédito, até seu limite.

**§ 1º** A transferência de quota-parte será averbada na Ficha de Matrícula, mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do diretor responsável pela averbação.

**§ 2º** Os valores inerentes as quotas-partes transferidas entre associados somente poderão ser retirados após decorridos 5 (cinco) anos da transferência, respeitado, ainda, a partir desse prazo, as demais condições estabelecidas no art. 20.

**§ 3º** Questões omissas serão dirimidas por meio de deliberação do Conselho de Administração.

## **TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS**

### **CAPÍTULO I DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS**

**Art. 22.** O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais.

**§1º.** As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:

I. pela destinação aos associados, proporcionalmente às operações realizadas com a *Cooperativa*, segundo fórmula de cálculo aprovada pela Assembleia Geral;

II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;

III. pela constituição de reservas;

IV. pela compensação de perdas de exercícios anteriores, desde que a *Cooperativa*:

a) se mantenha ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;

b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, conforme o rateio previsto no inciso III do § 2º deste artigo;

c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob;

V. por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.

**§ 2º** O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas ficará à disposição da Assembleia Geral e deve ser:

I. absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para esse fim;

**II.** mantido na conta de sobras ou perdas acumuladas;

**III.** rateado entre os associados, somente quando os recursos das reservas mencionadas no item I forem insuficientes e considerando as operações realizadas ou mantidas na *Cooperativa*, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.

## **CAPÍTULO II DOS FUNDOS**

**Art. 23.** Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:

**I.** 50% (cinquenta por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da *Cooperativa*;

**II.** 6% (seis por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, aos empregados da *Cooperativa* e à comunidade situada em sua área de ação, que poderá ser executada mediante convênio com entidades públicas e privadas.

**§ 1º** Poderão ser destinados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável.

**§2º.** Além dos previstos nos incisos I e II deste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

## **TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

### **CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**



**Art. 24.** A estrutura de governança corporativa da *Cooperativa* é composta pelos seguintes órgãos sociais:

I.Assembleia Geral;

II.Conselho de Administração;

III.Diretoria Executiva;

IV.Conselho Fiscal.

**Parágrafo único.** O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.

## CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL

### SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO

**Art. 25.** A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.

§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de protocolização da solicitação.

§ 2º O Sicoob Central Crediminas poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a *Cooperativa* convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:

I.situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;

II.fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;

III.ausência de preservação dos princípios cooperativistas;

**IV.** descumprimento de normas legais e regulamentares, bem como de políticas, decisões, diretrizes, normativos internos e procedimentos, de caráter sistêmico nacional ou regional, instituídos pelo Sicoob e aplicáveis às cooperativas filiadas.

§ 3º O Sicoob Central Crediminas poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da *Cooperativa* se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos, tendo direito à voz na Assembleia.

## **SEÇÃO II DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO**

**Art. 26.** A Assembleia Geral será convocada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos e divulgada, em destaque, no sítio eletrônico da *Cooperativa* ou em repositório de acesso público irrestrito na rede mundial de computadores.

**Parágrafo único.** Não havendo, no horário estabelecido para primeira convocação, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.

## **SEÇÃO III DO EDITAL**

**Art. 27.** O edital de convocação da Assembleia Geral deverá conter, no mínimo:

**I.** a denominação social completa da *Cooperativa*, o CNPJ e o Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;

**II.** a forma como será realizada a Assembleia Geral;

**III.** o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;

**IV.** a sequência numérica das convocações e o quórum de instalação;

**V.** os assuntos que serão objeto de deliberação;

**VI.** o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação dos associados, no caso de realização de Assembleia Geral a distância ou simultaneamente presencial e a distância;

**VII.** os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos;

**VIII.** o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação, conforme o art. 25 deste Estatuto Social.

**Parágrafo único.** No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento por meio do qual foi requerida.

#### **SEÇÃO IV DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO**

**Art. 28.** O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia ou, ainda, pelo registro no sistema eletrônico/digital utilizado, desde que possa ser impresso, é o seguinte:

**I.** 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;

**II.** metade mais 1 (um) do número de associados, em segunda convocação;

**III.** 10 (dez) associados, em terceira e última convocação.

#### **SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 29.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.

**§ 1º** Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.

§ 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.

§ 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pelo Sicoob Central Crediminas, os trabalhos serão dirigidos pelo representante do Sicoob Central Crediminas e secretariados por convidado pelo primeiro.

§ 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da *Cooperativa* para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.

### SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO

**Art. 30.** Cada associado será representado na Assembleia Geral da *Cooperativa* pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pela pessoa natural que seja representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar.

§ 1º O representante da pessoa jurídica associada deverá comprovar sua qualidade de representante.

§ 2º A pessoa natural e a pessoa jurídica não poderão ser representadas por procurador.

### SUBSEÇÃO II DO VOTO

**Art. 31.** Em regra, a votação será aberta ou por aclamação ou por formulário digital, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.

§1º. Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos em que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

§2º. As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no

art. 37, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes

**Art. 32.** Os assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas, a qual, lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da assembleia, pelo presidente do conselho de administração, bem como pelo coordenador do conselho fiscal ou, na sua ausência, por outro membro do conselho fiscal.

**Art. 33.** As deliberações da Assembleia Geral deverão versar somente sobre os assuntos constantes da ordem do dia prevista no edital de convocação.

### **SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE**

**Art. 34.** A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:

- I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;
- II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado tanto na abertura quanto no reinício;
- III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

**Parágrafo único.** Para a continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.

### **SEÇÃO VI DAS DELIBERAÇÕES**

**Art. 35.** É de competência da Assembleia Geral deliberar, além do previsto nos arts. 36 e 37, sobre:

- I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa, o que poderá ser delegado ao Conselho de Administração;
- II. a eleição e/ou a destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA. – SICOOB CREDISG - C.N.P.J.MF.: 03.645.752/0001-06 - NIRE 3140004009-9- Avenida Rui Barbosa 163 - Centro – CEP: 38.800.000 - São Gotardo/MG

**III.** a aprovação do regimento eleitoral, da política de governança corporativa e das demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;

**IV.** julgamento de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 10, § 3º deste Estatuto Social;

**V.** filiação e demissão da Cooperativa ao Sicoob Central Crediminas.

### **CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**Art. 36.** A Assembleia Geral Ordinária será realizada, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da ordem do dia:

**I.** prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

a) relatório da gestão;

b) balanço;

c) relatório da auditoria independente;

d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para a cobertura das despesas da *Cooperativa*;

**II.** destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou o rateio das perdas verificadas no exercício findo;

**III.** estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;

**IV.** eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da *Cooperativa*, quando for o caso;

**V.** quando prevista a alteração, fixação do valor das cédulas de presença, dos honorários ou das gratificações dos membros do Conselho Fiscal.



**VI.** a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva e no Conselho de Administração, prevendo o valor global para pagamento de remuneração;

**VII.** quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 37 deste Estatuto Social.

**Parágrafo único.** A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.

#### **CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**Art. 37.** A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da *Cooperativa*, desde que mencionado em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:

- I. reforma do Estatuto Social;
- II. fusão, incorporação ou desmembramento;
- III. mudança do objeto social;
- IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- V. prestação de contas do liquidante.

**Parágrafo único.** São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

#### **CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS**

##### **SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 38.** As condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da *Cooperativa* seguem o disposto na legislação



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA. – SICOOB CREDISG - C.N.P.J.MF.: 03.645.752/0001-06 - NIRE 3140004009-9- Avenida Rui Barbosa 163 - Centro – CEP: 38.800.000 - São Gotardo/MG

e regulamentação em vigor, devendo ser observadas também as seguintes condições para a candidatura e ocupação e o exercício de cargo estatutário:

- I. ser pessoa natural e maior de 18 (dezoito) anos;
- II. ser associado da *Cooperativa*, exceto no caso de diretor executivo, desde que a maioria dos diretores seja composta por pessoas associadas;
- III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;
- IV. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;
- V. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela *Cooperativa*;
- VI. para os Conselhos de Administração e Fiscal, ter mantido qualquer operação ativa ou passiva com a Cooperativa nos dois anos que antecederem a assembleia de eleição, excluído o capital social;
- VII. não ter operação baixada como prejuízo em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, registrada no **Sistema de Informações de Crédito – SCR**;
- VIII. não ter as suas contas relativas ao exercício de cargo de administração em sociedades cooperativas reprovadas pela respectiva assembleia geral ordinária;
- IX. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob;
- X. não manter vínculo empregatício com qualquer entidade integrante do Sicoob, salvo no caso de suspensão do contrato de trabalho de empregado que for eleito diretor na própria cooperativa;
- XI. não manter vínculo empregatício ou societário com pessoa jurídica da qual o conselheiro de administração ou fiscal ou o diretor da *Cooperativa* seja administrador ou controlador.



**XII.** para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores

**§ 1º** Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, a vacância do cargo na cooperativa ocorrerá de forma imediata a partir da comunicação do registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral.

**§ 2º** Para os fins do inciso IV deste artigo, entende-se por cargo político:

**I.** posto eletivo: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Vice-prefeito, Deputado Estadual, Distrital e Federal, Senador, Governador, Vice-governador, Presidente da República, Vice-presidente da República), conforme a legislação eleitoral e constitucional vigentes;

**II.** membro de executiva partidária: pessoas que, filiadas a determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;

**III.** posto nomeado, designado ou delegado: agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Distritais e Municipais, dentre outros cargos políticos).

**§3º** Operação baixada como prejuízo compreende a operação de crédito considerada contabilmente como perda pela Instituição Financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, devidamente registrada no Sistema de Informações de Crédito – SCR como operação baixada como prejuízo.

**§4º** A condição descrita no inciso VII do *caput* deste artigo será apurada pela Comissão Eleitoral Originária da Cooperativa quando da análise de atendimento ou não pelos candidatos das condições de candidatura e elegibilidade previstas no Regimento Eleitoral da Cooperativa e neste Estatuto Social.

**§5º** Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independente de para qual órgão estatutário estiver concorrendo.

**§ 6º** Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse em até, no máximo, 15 (quinze) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.

§ 7º O processo eleitoral segue o disposto no Regimento Eleitoral aprovado pela Assembleia Geral.

## SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Art. 39.** O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, vedada a constituição de membro suplente.

**Parágrafo Único.** Na Assembleia Geral em que forem eleitos, os membros do Conselho de Administração reunir-se-ão à parte, imediatamente após a eleição, e escolherão, entre os respectivos membros, o presidente do Conselho de Administração.

**Art. 40.** O mandato do Conselho de Administração é de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

§ 2º O prazo máximo de mandatos consecutivos exercidos pelos membros do Conselho de Administração observará a regulamentação em vigor, respeitada a política sistêmica e/ou interna da cooperativa sobre renovação de membros do Conselho.

### SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Art. 41.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA. – SICOOB CREDISG - C.N.P.J.MF.: 03.645.752/0001-06 - NIRE 3140004009-9- Avenida Rui Barbosa 163 - Centro – CEP: 38.800.000 - São Gotardo/MG

- I.as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros, considerando sempre o número inteiro imediatamente superior em caso de fração;
- II.as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;
- III.os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.

§ 1º O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.

§ 2º Deve se ausentar e abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesses em determinada deliberação.

### **SUBSEÇÃO III**

#### **DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 42.** Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a *Cooperativa* deve observar as seguintes disposições:

- I. nas ausências de reuniões, nos termos do regimento interno, o presidente do Conselho de Administração será substituído por outro membro indicado pelo Conselho;
- II. nos impedimentos de exercício do mandato, de até 60 (sessenta) dias corridos, nos termos do regimento interno, o presidente do Conselho de Administração será substituído por outro membro indicado pelo Conselho.
- III. nos impedimentos de exercício do mandato pelo presidente, superiores a 60 (sessenta) dias corridos, exceto no caso previsto no parágrafo 8º, será caracterizada vacância do cargo o e o ocupante será mantido no cargo de conselheiro de administração, sendo que, neste caso, o Conselho de Administração designará substituto escolhido entre seus membros;
- IV. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:
  - a) morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições, comprovada por meio de laudo médico;



- b)** renúncia;
- c)** destituição;
- d)** não comparecimento, sem a devida justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;
- e)** patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria *Cooperativa* ou a Central, salvo aquelas que visem o exercício do próprio mandato;
- f)** desligamento do quadro de associados da *Cooperativa*;
- g)** diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 38 deste Estatuto Social;
- h)** não solução, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da comunicação do Sicoob Central Crediminas, de eventuais pendências de caráter definitivo em seu nome, envolvendo protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- i)** não apresentação de pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na *Cooperativa* em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral, ou da publicação de sua nomeação para cargo público

**§ 1º** Para que não haja vacância automática do cargo eletivo em caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração.

**§ 2º** Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.

**§ 3º** Nos termos do parágrafo anterior, até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para a instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício.



§ 4º Os substitutos exercerão os cargos somente até o fim do mandato dos substituídos.

§5º. Ao conselheiro que se ausentar da reunião por motivo de doença será garantida a sua remuneração, mediante apresentação de atestado médico.

§ 6º. Nas hipóteses da substituição descritas nos incisos I e II deste artigo, o substituto não fará jus à remuneração do presidente, que terá mantida a sua remuneração.

§ 7º. A análise quanto ao caráter definitivo ou não da pendência de que trata a alínea “h” do inciso IV do *caput* deste artigo cabe ao Sicoob Central Crediminas, a partir das informações e evidências apresentadas pelo envolvido.

§ 8º A conselheira gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá afastar-se por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados da data do parto, da adoção ou da obtenção da guarda.

#### **SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 43.** Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:

- I. fixar a orientação geral e estratégica, assim como os objetivos da *Cooperativa*, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da *Cooperativa*;
- II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e, quando delegado pela Assembleia Geral, sua remuneração, incluídos os benefícios, limitada ao valor global definido pela Assembleia Geral e conforme a política de remuneração vigente.
- III. Eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os membros de comitês técnicos exigidos pela legislação e regulamentação vigentes, bem como fixar suas atribuições;
- IV. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;



- V.**aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- VI.** propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;
- VII.**deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), podendo a aplicação ser delegada à Diretoria Executiva;
- VIII.**analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;
- IX.**deliberar sobre a criação de comitês consultivos subordinados ao Conselho de Administração;
- X.**propor à Assembleia Geral a participação da *Cooperativa* no capital de instituições não cooperativas;
- XI.**aprovar a subscrição de capital no Banco Sicoob ou em outras entidades do Centro Cooperativo Sicoob (CCS).
- XII.**manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;
- XIII.**deliberar sobre a eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;
- XIV.**deliberar sobre os critérios para devolução do capital social, nos casos de resgate ordinário de conformidade com o art. 19, inciso II, deste Estatuto;
- XV.**deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados;
- XVI.**escolher e destituir os auditores independentes, na forma da regulamentação em vigor;
- XVII.**acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria, Supervisão e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da *Cooperativa*, especialmente as que forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando as apurações e as providências cabíveis;
- XVIII.**garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA. – SICOOB CREDISG - C.N.P.J.MF.: 03.645.752/0001-06 - NIRE 3140004009-9- Avenida Rui Barbosa 163 - Centro – CEP: 38.800.000 - São Gotardo/MG

procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;

- XIX.**deliberar sobre as regras e os critérios de exceção ligados à concessão de operações de crédito, de forma a gerir possíveis conflitos de interesses e resguardar os interesses da *Cooperativa*.
- XX.**acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a *Cooperativa* e o Sicoob Central Crediminas;
- XXI.**deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio, o que poderá ser delegado à Diretoria Executiva;
- XXII.**deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs);
- XXIII.**deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da *Cooperativa*, exceto a sua sede, quando delegado pela Assembleia Geral;

**Art. 44.** Compete ao presidente do Conselho de Administração:

- I.** representar a *Cooperativa*, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais do Sicoob Central Crediminas, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e de outras entidades de representação do cooperativismo;
- II.** convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- III.** decidir, *ad referendum* do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;
- IV.** designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;
- V.** aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;
- VI.** tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.



**§1º.** Na impossibilidade de representação, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.

**§2º.** É atribuição de outro indicado do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências.

### SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

#### SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

**Art. 45.** A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por 3 (três) diretores, que poderão ser associados ou não, desde que a maioria dos diretores seja composta de pessoas naturais associadas, sendo um Diretor Administrativo (responsável pela área administrativa e operacional), um Diretor de Gestão de Riscos (responsável pelo gerenciamento de risco) e um Diretor de Negócios (responsável pela área de negócios).

**Parágrafo único.** É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva.

**Art. 46.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.

**Parágrafo único.** O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos

#### SUBSEÇÃO II DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Art. 47.** Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a *Cooperativa* deve observar as seguintes disposições:

I. nas ausências ou nos impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Administrativo será substituído, nesta ordem,



pelo Diretor de Negócios, e vice-versa, que continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos.

**II.** nas ausências ou nos impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de até 90 (noventa) dias da data da ocorrência.

**§1º.** Nas substituições ao Diretor responsável pelo gerenciamento de risco, as atribuições do Diretor Administrativo serão acumuladas pelo Diretor de Negócios, e vice-versa, em razão do disposto nos §1º e §2º do Art. 48 deste Estatuto Social.

**§2º.** A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá afastar-se por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados da data do parto, da adoção ou da obtenção da guarda, sendo, neste caso, substituída por outro diretor, nos termos deste Estatuto Social. O diretor substituto continuará respondendo pela sua área, havendo, nesse caso, acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados, ressalvado o disposto no §2º do Art. 48.

**§ 3º** O disposto no § 2º anterior aplica-se também ao diretor adotante unilateral.

**§4º.** Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso IV do art. 42 deste Estatuto Social.

**§5º.** Nas hipóteses de substituições temporárias descritas neste artigo, o substituto não fará jus à remuneração do Diretor substituído, que manterá a sua remuneração.

### **SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art.48.** São competências da Diretoria Executiva e de seus respectivos diretores executivos:

- a)** adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da *Cooperativa*;
- b)** supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;



- c)** elaborar orçamentos para a deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da *Cooperativa* e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;
- d)** aprovar a admissão de associados, quando delegado pelo Conselho de Administração;
- e)** deliberar sobre a contratação de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços;
- f)** avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da *Cooperativa*;
- g)** aprovar e divulgar normativos operacionais internos da *Cooperativa*;
- h)** adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para o saneamento dos apontamentos da Central, e das áreas de Auditoria, Supervisão e Controles Internos;
- i)** deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio, quando delegado pelo Conselho de Administração;
- j)** conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da *Cooperativa*;
- k)** supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da *Cooperativa*;
- l)** informar, tempestivamente, o Conselho de Administração, a propósito de constatações que requeiram medidas urgentes;
- m)** outorgar mandatos a empregado da Cooperativa, da central, de outras entidades do Sicoob ou a advogado, estabelecendo poderes específicos, extensão e validade do mandato, quando for o caso;
- n)** outorgar mandato *ad judicium* a advogado empregado ou contratado;
- o)** conceber as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração;



- p)** averbar no Livro ou Ficha de Matrícula a subscrição, realização ou resgate de quota-parte, bem como as transferências realizadas entre associados;
- q)** garantir a execução das políticas e diretrizes de recursos humanos, crédito, tecnologia e materiais;
- r)** zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;
- s)** zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;
- t)** acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;
- u)** resolver os casos omissos, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo;
- v)** executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral;

**§1º.** As atribuições designadas a cada diretor executivo, por meio do regimento interno, observarão as normas vigentes de segregação obrigatória de funções por área de atuação, nos termos dos normativos regulamentares vigentes, inclusive sistêmicos.

**§2º.** É vedada a participação do Diretor responsável pelo gerenciamento de risco nas decisões e deferimentos de operações de crédito, inclusive nas hipóteses de substituição temporária.

**§3º.** Nas substituições ao Diretor responsável pelo gerenciamento de risco, as atribuições do Diretor Administrativo serão acumuladas pelo Diretor de Negócios, e vice-versa, em razão do disposto nos §1º e §2º deste artigo.

**§4º.** A representação da Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, será exercida pelos Diretores Executivos, em conjunto ou individualmente, salvo a representação prevista no inciso I, do art. 44, que somente poderá ser exercida se houver outorga de procuração específica do presidente do Conselho de Administração.

**§ 5º** A outorga de mandato a empregado ou a prestador de serviço da cooperativa deverá ser realizada, conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, ressalvada a outorga de mandato a advogado(a), que poderá ser realizada por apenas 1 (um) Diretor.

#### **SUBSEÇÃO IV DA OUTORGA DE MANDATO**

**Art. 49.** O mandato outorgado pelos diretores a empregado da *Cooperativa*:

I. não poderá ter prazo de validade superior ao da gestão dos outorgantes, salvo o mandato *ad judícia*;

II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;

III. deverá constar que o empregado da *Cooperativa* sempre assine em conjunto com um diretor, salvo o mandato *ad judícia*;

**Parágrafo único.** O Conselho de Administração poderá autorizar a outorga excepcional, pelos diretores executivos, de mandato a empregado, diretor executivo ou prestador de serviço da Central ou de outras entidades do Sicoob que desempenham atividades para a *Cooperativa*; *nesse caso, sem que haja a necessidade de os outorgados assinarem com um diretor executivo da Cooperativa.*

**Art. 50.** Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da *Cooperativa* deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos.

**Parágrafo único.** Em caso de vacância ou ausência que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no *caput* deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto ou retorno do ausente, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.

#### **SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL**

##### **SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO**



**Art. 51.** A administração da *Cooperativa* será fiscalizada por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos associados, eleitos a cada 2 (dois) anos pela Assembleia Geral.

**§1º** A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo.

**§2º** O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

## SUBSEÇÃO II DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL

**Art. 52.** Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no inciso IV do art. 42 deste Estatuto Social.

**§1º.** Para que não haja vacância automática do cargo em caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal.

**§2º.** Em caso de vacância, será efetivado o membro suplente.

**§3º.** Ocorrendo 1 (uma) ou mais vacâncias no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento dessa(s) vaga(s), no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.

**§4º.** A conselheira gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá afastar-se por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados da data do parto, da adoção ou da obtenção da guarda.

## SUBSEÇÃO III DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

**Art. 53.** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:

I. as reuniões realizar-se-ão sempre com a presença de 3 (três) membros;

**II.** as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;

**III.** os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.

**§ 1º** Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.

**§ 2º** As reuniões poderão ser convocadas por qualquer um de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

**§ 3º** O membro suplente poderá participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecer, por convocação, para substituir membro efetivo.

#### **SUBSEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 54.** Compete ao Conselho Fiscal:

**I.** fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

**II.** opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da *Cooperativa*;

**III.** analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela *Cooperativa*;

**IV.** opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes;

**V.** convocar os auditores internos e os auditores cooperativos ou independentes, conforme o caso, sempre que for preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;

**VI.** convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;



**VII.** comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;

**VIII.** aprovar o próprio regimento interno.

**Parágrafo único.** No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da *Cooperativa*, ou da assistência de técnicos externos, às expensas da *Cooperativa*, quando a importância ou a complexidade dos assuntos exigirem.

## **TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO**

**Art. 55.** Além de outras hipóteses previstas em lei, a *Cooperativa* dissolve-se de pleno direito:

**I.** quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

**II.** pela alteração de sua forma jurídica;

**III.** pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;

**IV.** pelo cancelamento da autorização para funcionar;

**V.** pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.

**Art. 56.** A liquidação da *Cooperativa* obedece a normas legais e regulamentares próprias.

## **TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



**Art. 57.** As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da Cooperativa, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social, Regimento Eleitoral e na legislação e regulamentação em vigor.

**Art. 58.** Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a Cooperativa poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

**Art. 59.** Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

**Art. 60.** Todas as operações e todos os serviços prestados pela Cooperativa aos seus associados são denominados atos cooperativos e decorrem da relação societária iniciada com a admissão mediante subscrição e integralização do capital social mínimo.

**Parágrafo único.** Os atos cooperativos não implicam operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria, razão pela qual não constituem ato de comércio e relação de consumo.

## **2. Aprovação da Política Institucional de Remuneração dos Administradores do**

**Sicoob:** O Diretor Administrativo, Sr. João Éder Sales, apresentou a Política de Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva do Sicoob Credisg com vigência da Assembleia Geral Ordinária do Sicoob Credisg realizada em 15/03/2023 até a Assembleia Geral Ordinária da referida Cooperativa a ser realizada no ano de 2027; e a Política Institucional de Remuneração dos Administradores do Sicoob, que deve ser aplicada a partir de 01/01/2026, quando então a Política de Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva do Sicoob Credisg passa a ser denominada como “Anexo à Política Institucional de Remuneração dos Administradores do Sicoob”, permanecendo em vigor pelo prazo fixado acima naquilo que for compatível com a referida Política Institucional. Ressalta-se que a Assembleia Geral, autorizou, o Conselho de Administração a deliberar sobre o pagamento de remuneração



variável, a fixação das metas e o valor a ser pago aos diretores, observada a deliberação assemblear e o cumprimento de critérios estabelecidos nesta Política. Colocada a matéria em votação, **a Política Institucional de Remuneração dos Administradores do Sicoob e seu anexo** foram aprovados por 97,3% (noventa e sete virgula três por cento) dos cooperados presentes. Os votos foram contabilizados por meio da participação digital dos votantes, utilizando um formulário acessado via QR Code. A Política Institucional de Remuneração dos Administradores do Sicoob e seu Anexo aprovados, ficam assinadas com uso de certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil e arquivados na sede do Sicoob Credisg, estando disponível para consulta pelos cooperados.

### **3. Atualização da Política Institucional de Controles Internos e Conformidade:**

O Diretor de Gestão de Riscos, Sr. João José da Silva, fez uma exposição da Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, informando que o teor desta está disponível no site da cooperativa. Ressaltou que a referida Política estabelece princípios para assegurar o fortalecimento do sistema de controles internos e o efetivo gerenciamento do risco de conformidade, bem como enfatizar que a responsabilidade pelas atividades de controles internos e de conformidade é de todos os empregados, em seus diversos níveis hierárquicos. Encerrada a exposição do tema e prestados os esclarecimentos adicionais solicitados pelos cooperados, aprovada por 97,1% (noventa e sete virgula um por cento) dos associados presentes, a atualização da **Política Institucional de Controles Internos e Conformidade** e suas atualizações posteriores, tendo em vista a adesão ao instrumento sistêmico divulgado pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Os votos foram contabilizados por meio da participação digital dos votantes, utilizando um formulário acessado via QR Code.

### **4. Atualização da Política e Plano de Sucessão de Administradores:**

A Presidente do Conselho de Administração, Sra. Itália de Mello Castro, informou que o inteiro teor da Política e Plano de Sucessão de Administradores do Sicoob Credisg estão disponíveis no site da cooperativa. Ressaltou que o Conselho Monetário Nacional



por meio da Resolução Nº 4.878, de 23 de dezembro de 2020 dispõe sobre a política de sucessão de administradores das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, determinando sua implementação e manutenção, sendo aplicável aos cargos da alta administração das instituições financeiras, considerando a sucessão, plano de sucessão, identificação, validação, avaliação e capacitação. Apresentado, ainda, nos termos da Política de Sucessão de Administradores do Sicoob Credisg, delegar ao Conselho de Administração a competência para apreciar e homologar o Plano de Sucessão de Administradores, anteriormente apreciado por esta Assembleia Geral, contendo detalhamento dos processos exigidos pelos normativos regulamentares vigentes publicados pela autoridade competente. Encerrada a exposição do tema e prestados os esclarecimentos adicionais solicitados pelos cooperados, aprovada, por, 100% (cem por cento) dos associados presentes, a atualização da **Política e Plano de Sucessão de Administradores** e suas atualizações posteriores, tendo em vista a adesão ao instrumento sistêmico divulgado pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Os votos foram contabilizados por meio da participação digital dos votantes, utilizando um formulário acessado via QR Code. A Política e o Plano de Sucessão de Administradores, ora alterada, foi assinada e arquivada na Cooperativa, para consulta de todos os associados, quando assim houver necessidade.

**5. Atualização da Política Institucional de Governança Corporativa:** A Presidente do Conselho de Administração, Sra. Itália de Mello Castro, fez uma exposição da Política Institucional de Governança Corporativa, informando que o teor desta está disponível no site da Cooperativa. Ressaltou que a Política atende o disposto do Art. 13 da Resolução CMN nº 5.051/2022, e estabelece diretrizes aplicadas à representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva, fiscalização e controle para as entidades do Sicoob, contemplando os princípios de segregação de funções na administração, remuneração dos integrantes dos órgãos estatutários, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas. Foram apresentadas informações sobre a atualização da *Política Institucional de*

*Governança Corporativa do Sicoob*, relatando que a adesão dela já foi previamente aprovada pelo Conselho de Administração, da Credisg, atualizada pelo Centro Cooperativo Sicoob em 27/03/2024 e agora submetida à aprovação da assembleia, oportunidade que foi dado conhecimento sobre as etapas do plano, especialmente acerca da Etapa II – Identificação ou seleção de possíveis integrantes. Encerrada a exposição do tema e prestados os esclarecimentos adicionais solicitados pelos cooperados, aprovada, por 100% (cem por cento) dos cooperados presentes, a atualização da **Política Institucional de Governança Corporativa** e suas atualizações posteriores, tendo em vista a adesão ao instrumento sistêmico divulgado pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Os votos foram contabilizados por meio da participação digital dos votantes, utilizando um formulário acessado via QR Code.

**6. Comunicar a aprovação pelo Conselho de Administração do Sicoob Credisg (RCA 351 de 23/06/2025) da Política de Renovação dos Membros do Conselho de Administração, em cumprimento à Resolução CMN 5051/2022 (Art. 14-A):** A Presidente do Conselho de Administração, Sra. Itália de Mello Castro, apresentou, para ciência da Assembleia, a Política de Renovação dos Membros do Conselho de Administração do Sicoob Credisg, comunicando que a referida Política foi aprovada pelo Conselho de Administração na 351ª Reunião Ordinária, ocorrida em 23 de junho de 2025. A Política adota como critério sistêmico de renovação de membros do Conselho de Administração, conforme disposto do art. 14-A da Resolução CMN nº 5.051/2022 alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, e estabelece o limite máximo de 12 (doze) anos de permanência no cargo, contados a partir dos atos eleitorais realizados desde 1º de julho de 2024.

**7. Assuntos gerais de interesse da sociedade:** Em continuidade o Diretor de Negócios, Sr. Venâncio Oliveira Silva, apresentou-se aos cooperados presentes e expôs os produtos e serviços oferecidos pela cooperativa, destacando as vantagens de ser um cooperado do Sicoob Credisg. Projetado o convite aos cooperados, para participarem de uma palestra, sobre a Reforma Tributária, e



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA. – SICOOB CREDISG - C.N.P.J.MF.: 03.645.752/0001-06 - NIRE 3140004009-9- Avenida Rui Barbosa 163 - Centro – CEP: 38.800.000 - São Gotardo/MG

informado sobre a inauguração do PA/Campestre no início de 2026. Em seguida, todos participaram de um momento de confraternização.

Não havendo nada mais a ser tratado, a Presidente do Conselho de Administração, Sra. Itália de Mello Castro, agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a 23ª AGE.

Eu, Paloma Marciana Silva Caetano, CI MG 12.987.872, CPF nº 068.437.736–56, secretária da presente assembleia geral extraordinária, declaro sob as penas da lei, que esta ata retrata fielmente o ocorrido na presente Assembleia, bem como que ela foi lavrada de forma digital e sua reprodução impressa irá compor o livro próprio. Sendo assim, assino a presente para todos os fins de direito.

Esta ata foi aprovada e assinada digitalmente com certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP–Brasil pela Secretária, pela Presidente do Conselho de Administração, pelo Coordenador do Conselho Fiscal e pelos Diretores Executivos.

São Gotardo (MG), 02 de dezembro de 2025.

PALOMA MARCIANA  
SILVA  
CAETANO:068437736  
56

Assinado de forma digital por  
PALOMA MARCIANA SILVA  
CAETANO:06843773656  
Dados: 2026.02.25 14:54:27  
-03'00'

Secretária

ITALIA DE MELLO

CASTRO:71930957653

Assinado de forma digital por  
ITALIA DE MELLO

CASTRO:71930957653

Dados: 2026.02.25 14:52:20 -03'00'

Presidente do Conselho





COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDISG LTDA. – SICOOB CREDISG - C.N.P.J.MF.: 03.645.752/0001-06 - NIRE 3140004009-9- Avenida Rui Barbosa 163 - Centro – CEP: 38.800.000 - São Gotardo/MG

JOAO EDER  
SALES:352743106  
30

Assinado de forma digital por  
JOAO EDER  
SALES:35274310630  
Dados: 2026.02.25 09:36:14  
-03'00'

Diretor Administrativo

VENANCIO  
OLIVEIRA  
SILVA:11242217606

Assinado de forma digital  
por VENANCIO OLIVEIRA  
SILVA:11242217606  
Dados: 2026.02.25 13:50:23  
-03'00'

Diretor de Negócios

JOAO JOSE DA  
SILVA:341397  
37620

Assinado de forma  
digital por JOAO JOSE  
DA SILVA:34139737620  
Dados: 2026.02.25  
14:47:21 -03'00'

Diretor de Gestão de Riscos

ONESIMO ANANIAS  
CANDIDO  
NETO:04278433670

Assinado de forma digital por  
ONESIMO ANANIAS CANDIDO  
NETO:04278433670  
Dados: 2026.02.25 09:05:32  
-03'00'

Coordenador do Conselho Fiscal





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/201.010-1	MGE2601196707	16/03/2026

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
352.743.106-30	JOAO EDER SALES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13722752 em 25/03/2026 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDISG LTDA. - SICOOB CREDISG, Nire 31400040099 e protocolo 262010101 - 17/03/2026. Efeitos do registro: 25/03/2026. Autenticação: AF57AA83B5CF11FC429DAEE9B3978DE12191D51. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 26/201.010-1 e o código de segurança iCoF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

# DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

## REGISTRO DIGITAL

Eu, ALINE PRADO MONTEIRO, com inscrição ativa no(a) CRC/(RS) sob o nº 102044, expedida em 06/07/2021, inscrito no CPF nº 990.560.970-91, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. Ata da Assembleia Geral Extraordinária assinada digitalmente - 50 página(s)

Brasília/DF, 16 de março de 2026.

Nome do declarante que assina digitalmente: ALINE PRADO MONTEIRO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13722752 em 25/03/2026 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDISG LTDA. - SICOOB CREDISG, Nire 31400040099 e protocolo 262010101 - 17/03/2026. Efeitos do registro: 25/03/2026. Autenticação: AF57AA83B5CF11FC429DAEE9B3978DE12191D51. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 26/201.010-1 e o código de segurança iCoF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 54/59

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

OFÍCIO 6984/2026-BCB/DEORF/GTBHO

Processo 301849

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de  
2026.

À

Cooperativa de Crédito Credisg Ltda. - Sicoob Credisg

A/C dos Senhores

Joao Eder Sales - Diretor-administrativo

Venancio Oliveira Silva - Diretor de Negócios

**Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.**

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho de 11 de fevereiro de 2026, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 2 de dezembro de 2025:

a) alteração estatutária ou contratual

Atenciosamente,

Marcos Antonio Henriques  
Pinheiro  
Chefe de SubunidadeRomeu Eugenio de Lima  
Coordenador

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (DEORF)  
Gerência Técnica de Organização do Sistema Financeiro em Belo Horizonte (GTBHO)  
E-mail: gtbho.deorf@bcb.gov.br



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13722752 em 25/03/2026 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDISG LTDA. - SICOOB CREDISG, Nire 31400040099 e protocolo 262010101 - 17/03/2026. Efeitos do registro: 25/03/2026. Autenticação: AF57AA83B5CF11FC429DAEE9B3978DE12191D51. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 26/201.010-1 e o código de segurança iCoF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/201.010-1	MGE2601196707	16/03/2026

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
352.743.106-30	JOAO EDER SALES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13722752 em 25/03/2026 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDISG LTDA. - SICOOB CREDISG, Nire 31400040099 e protocolo 262010101 - 17/03/2026. Efeitos do registro: 25/03/2026. Autenticação: AF57AA83B5CF11FC429DAEE9B3978DE12191D51. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 26/201.010-1 e o código de segurança iCoF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

# DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

## REGISTRO DIGITAL

Eu, ALINE PRADO MONTEIRO, com inscrição ativa no(a) CRC/(RS) sob o nº 102044, expedida em 06/07/2021, inscrito no CPF nº 990.560.970-91, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. ofício BACEN - 1 página(s)
2. CRC - 1 página(s)

Brasília/DF, 16 de março de 2026.

Nome do declarante que assina digitalmente: ALINE PRADO MONTEIRO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13722752 em 25/03/2026 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDISG LTDA. - SICOOB CREDISG, Nire 31400040099 e protocolo 262010101 - 17/03/2026. Efeitos do registro: 25/03/2026. Autenticação: AF57AA83B5CF11FC429DAEE9B3978DE12191D51. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 26/201.010-1 e o código de segurança iCoF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 57/59



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDISG LTDA. - SICOOB CREDISG, de NIRE 3140004009-9 e protocolado sob o número 26/201.010-1 em 17/03/2026, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 13722752, em 25/03/2026. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Roberto Ferreira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
352.743.106-30	JOAO EDER SALES

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
352.743.106-30	JOAO EDER SALES

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
352.743.106-30	JOAO EDER SALES

### Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
990.560.970-91	ALINE PRADO MONTEIRO

### Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
990.560.970-91	ALINE PRADO MONTEIRO

Belo Horizonte, quarta-feira, 25 de março de 2026



Documento assinado eletronicamente por Roberto Ferreira, Servidor(a) Público(a), em 25/03/2026, às 16:48 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 26/201.010-1.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte, quarta-feira, 25 de março de 2026



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13722752 em 25/03/2026 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDISG LTDA. - SICOOB CREDISG, Nire 31400040099 e protocolo 262010101 - 17/03/2026. Efeitos do registro: 25/03/2026. Autenticação: AF57AA83B5CF11FC429DAEE9B3978DE12191D51. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 26/201.010-1 e o código de segurança iCoF Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL